Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Bahia

Class.: 71

Data: 22 de Março de 1985

Pg.: _____

190 Ordep Serra

Uma mudança necessária

Embora, como é natural, as autoridades e porta-vozes da Nova República procurem transmitir a todo o povo a imagem mais serena possível e a idéia de que mesmo com a doença de Sua Excelência o Dr. Tancredo Neves, o governo se acha com sua rota bem estabelecida, com seus planos de ação firmados e de algum modo encaminhados, é evidente que este transtorno provoca uma grande tensão e inibe iniciativas importantes, decisões cruciais em vários níveis, em múltiplos setores. Sobretudo em campos em que o decision-making depende da explicitação de posicionamentos já delineados pelo presidente da República de maneira muito pessoal, através de contatos feitos com segmentos envolvidos com a problemática particular em causa, mas que devem justo agora traduzir-se em atos políticos.

No ano passado, estive por duas vezes, como presidente da ANAI-BA, com o Dr. Tancredo Neves, então candidato à Presidência da República; em ambas estas oportunidades, fui procurado junto com outros representantes de entidades de apoio ao índio, com líderes indígenas, dirigentes da Associação Brasileira de Antropologia, políticos e missionários (ligados, estes últimos, ao CIMI). Da primeira vez, fomos entregar-lhe uma cópia de um parecer dado por nossas instituições à FUNAI a propósito da pretendida regulamentação do Decreto 88.965, pelo qual, inconstitucionalmente, o governo Figueiredo franqueou terras indígenas à exploração de empresas mineradoras. No parecer, com base em argumentos de natureza científica, jurídica e política, formalizava-se um total repúdio à sinistra medida, que a ser implementada de significar a extinção das sociedades inteiras e em grandes prejuízos para o Brasil.

O Dr. Tancredo Neves, após ouvir uma breve exposição desses argumentos, logo se comprometeu a combater o malfadado Decreto (e neste sentido telefonou de imediato ao então ministro Cel. Andreazza, para ponderar-lhe que reconsiderasse a iniciativa da regulamentação). Em seguida a conversa encaminhou-se para a apreciação da problemática indígena em termos gerais; e os líderes indígenas, os cientistas, missionários e representantes de entidades de apoio ao índio que ali se achavam comprometeram-se a fornecer subsídios para a definição de uma nova política, a ser inaugurada, no domínio em questão, pelo presente governo. O Dr. Tancredo Neves com tal fim solicitou-lhes em termos explícitos a colaboração e a assessoria.

Como resposta a esta demanda, organizou-se em outubro de 1984 um Simpósio sobre o tema "Índios e Estados", que teve o patrocínio da Fundação Pedroso Horta e a participação de muitos líderes índios, bem como de antropólogos, indigenistas em geral, políticos, instituições populares ligadas à defesa da causa do indigenato. Do Simpósio resultou um documento preliminar, entregue ao Dr. Tancredo Neves, dando início a uma colaboração mais profunda, conforme ele havia pedido. Na mesma linha, um outro trabalho foi depois elaborado com a indicação de princípios básicos e diretrizes para uma política indigenista democrática; este trabalho, encaminhado ao presidente Tancredo Neves alguns dias antes de sua esperada posse, foi aqui em parte comentado num artigo anterior. Deixe para analisar hoje um ponto crucial, relativo à agência do governo que deverá incumbir-se da política indigenista do Estado brasileiro, de acordo com a proposta em

questão. Vale a pena lembrar que a referida proposta é subscrita, avalizada e endossada não apenas por especialistas no assunto, representantes da comunidade científica brasileira em sua parcela mais envolvida com o problema em foco, mas ainda pela União das Nações Indígenas e pelas organizações de apoio ao índio existentes no país.

No ponto destacado, o documento sugere a criação de uma agência indigenista vinculada diretamente à Presidência da República, com uma direção colegiada, da qual devem participar inclusive os índios; uma agência que não fique subordinada a qualquer instância onde interesses passíveis de entrar em contradição com os interesses dos povos indígenas sejam objeto de estratégias políticas de qualquer tipo. Uma agência com status que corresponda à responsabilidade para com povos a ser respeitados e tratados como tais. Com uma estrutura aberta, participativa, democrática: cabe frisar a sugestão da "forma colegiada de direção integrada por diversas tendências legítimas do movimento indígena e por membros representativos de setores da sociedade civil com legitimidade para o trato da questão indígena", a uma tal estrutura incumbiria a implantação da nova agência e depois seu controle.

Nada mais distinto da idéia de um tal organismo, diretamente ligado à Presidência da República (vale repetir), algo como uma Secretaria Especial para Assuntos Indígenas, uma e autônoma, nada mais oposto a isto do que a absurda idéia de um desmembramento da FUNAI, da qual uma parcela, envolvida com as "questões fundiárias" passaria ao âmbito do MEAF, enquanto o resto se integraria ao Ministério da Cultura. Se a atual FUNAI já não serve para nada por que se subordina a uma instância em cujo horizonte os interesses dos povos indígenas são sufocados e contraditados, por que aí não há espaço para a participação dos índios na tomada de decisões em assuntos de seu interesse etc, uma dupla subordinação, com mais mutilação, só parece o resultado de um mórbido exercício da fantasia de quem procurasse coisa ainda pior.

Tem aparecido nos jornais notícias, muito confusas que atribuem esta louca proposta de desmembramento da lamentável Fundação Nacional do Índio em dois abomináveis pedaços de Fundação Nacional do Índio a "antropólogos da Fundação Pedroso Horta". Estes antropólogos simplesmente não existem. O que os membros da Associação Brasileira de Antropologia, junto com a União das Nações Indígenas, a ANAI-Ba, etc. estão propondo é coisa muito diversa: a extinção da caduca FUNAI, de triste memória, e a criação de uma agência indigenista não subordinada a nenhum ministério (nenhum — nem dois, claro...), mas vinculada de forma direta à Presidência da República. A FUNAI é uma aberração que deve ser extirpada logo, com seus vícios antidemocráticos, sua história de corrupção, autoritarismo e desmandos, de incompetências ridículas premiadas, de obscurantismo, pois nela prevaleceu o tebeapá antiindígena, nela a ditadura cevou alguns de seus piores males. Não tem conserto. Os índios não merecem permanecer entregues a um tal organismo. Eles merecem respeito.